

SABERES E PRÁTICAS EM ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Artur José Braga de Mendonça
ajbmendonca@gmail.com

Izabeli Sales Matos
Associação de Cegos do Estado do Ceará (ACEC)
izabelimts@gmail.com

Resumo: A visão é um órgão que estabelece a relação da pessoa com o meio, sua perda, sendo total ou parcial, causa prejuízos do tipo social, psicológico, educacional, motor, bem como afeta outras áreas do desenvolvimento. No que se refere à limitação motora, há diminuição na movimentação espontânea e, para vencer essa dificuldade, faz-se necessário o ensinamento das técnicas de Orientação e Mobilidade por um profissional com formação. O presente artigo tem o objetivo de socializar vivências de docentes na realização e participação de cursos de formação em Orientação e Mobilidade. Diante da realidade observada nas instituições em que foram implementados os cursos, identificaram-se resultados satisfatórios após a realização das referidas formações, por exemplo: (a) benefício às instituições que atuam na educação de pessoas com deficiência visual por terem ampliado a capacidade de atendimento dos alunos com deficiência visual em Orientação e Mobilidade; (b) melhoria na qualidade dos serviços, considerando o bom aproveitamento dos cursistas por meio da apreensão e troca de saberes referentes à docência em Orientação e Mobilidade; (c) aumento do número de docentes nas instituições que ensinam as técnicas de Orientação e Mobilidade. No contexto apresentado, sugere-se uma formação com carga horária total em torno de 200 horas, com uma base teórica que fundamente o contexto atual.

Palavras-chave: Deficiência visual, Orientação e mobilidade, Formação de professores.

Introdução

O presente estudo aflorou do desejo de contribuirmos, por meio de nossas experiências pessoais e profissionais, para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Embora residindo em cidades afastadas (Recife e Fortaleza) e com realidades distintas, as necessidades similares convergiam diante da dinâmica ainda atual de cimentar esse modelo de sociedade. São experiências que marcam a constante busca pelo saber como um fundamento do realizar consolidado em nosso cotidiano. A caminhada foi longa, mas cada passo foi importante para novas descobertas, aprendizagens e construção da nossa profissionalização.

O interesse pela temática Orientação e Mobilidade (doravante OM) emergiu a partir da escassez de profissionais com formação na referida área, observada inicialmente no ano de 1997 ao buscar-se atendimento para uma criança¹. Essa jovem, cega congênita, com diagnóstico de retinopatia da prematuridade, na época com 4 anos, teve grande dificuldade para ser inserida em um programa de OM do Instituto de Cegos do Recife, em virtude da insuficiência de

¹ Marília Mendonça, filha de Artur José Braga de Mendonça, primeiro autor deste estudo.

professores especializados nessa área. Assim, já se evidencia o déficit de profissionais atuantes na OM, o que indica a demanda de formações desses profissionais.

Da mesma forma, no ano de 1998, também se observava essa carência em Fortaleza, considerando que a Escola de Ensino Fundamental Instituto dos Cegos do Ceará encontrava-se sem professor para essa modalidade, período em que assumimos essa função. Esse fato e o anteriormente descrito mostravam a carência de docentes de OM no contexto de ambas as instituições, em Recife e em Fortaleza.

A partir desse período, participamos, ora como discentes, ora como docentes, de cursos na área da deficiência visual. Assim, a prática concatenada à teoria, diante de nossa convivência com as questões tiflológicas, permite-nos afirmar que a ausência ou o déficit visual podem causar ao indivíduo, quando não estimulado adequadamente, dificuldades de ordem psicomotora. Pela ausência do estímulo visual, a criança movimenta-se com menos intensidade, tendo como consequência uma defasagem no desenvolvimento motor espontâneo (BUENO; COBO; RODRÍGUEZ, 2003). Essa dificuldade de movimentação ocasiona um prejuízo no deslocamento com segurança e autonomia, trazendo consequências diversas nos meios social, profissional, educacional e demais áreas. Contudo, esse defasamento pode ser minimizado por intermédio do trabalho realizado em OM, considerando os estímulos e as habilidades vivenciados nessa modalidade.

Vale salientar que a OM compreende um conjunto de técnicas destinadas a pessoas com déficit visual, cujo objetivo é promover a aquisição de movimentos autônomos e independentes, além do domínio do corpo, da descoberta do espaço e do senso de orientação espacial. O domínio dessas técnicas, segundo Zengo, Seabra Junior e Moreira (2014), estimula as pessoas com deficiência visual a tornarem-se independentes nos âmbitos pessoal, social, escolar e profissional.

Observamos que o programa de OM pode ser encontrado nos centros de reabilitação, no atendimento educacional especializado, nas organizações não governamentais (ONGs) – associações, institutos e fundações – e ainda nas escolas especiais, como a Escola de Ensino Fundamental Instituto dos Cegos do Ceará.

Os centros de reabilitação tratam a questão com o viés da saúde, como a Fundação Altino Ventura, em Recife. O atendimento educacional especializado e escolas especiais trabalham a OM sob a perspectiva da educação inclusiva, e as ONGs prestam o serviço especializado tanto com o foco social como educacional. Esses espaços devem ser providos de profissionais com formação adequada para a docência dessa atividade. Sobre essa questão, Fávero, Pantoja e Mantoan (2007, p. 18) ressaltam que as “[...] escolas tradicionais alegam um despreparo para receber pessoas com deficiência visual, auditiva, mental [...]”. Acompanhando esse

pensamento, se existe dificuldade de as escolas receberem pessoas com deficiência, muito mais complexo será o trabalho voltado para a OM considerando suas especificidades. A escola dita inclusiva deve promover condições para que o aluno se desenvolva plenamente, aqui no caso, para que o estudante possa “ir e vir” no espaço escolar, interagir e ser conduzido por um guia, se necessário, nesse mesmo espaço.

Ao tratarmos de instituições que atuam diretamente com o ensino da OM, conforme citamos anteriormente, compreendemos que os profissionais necessitam estar devidamente preparados para trabalhar com indivíduos com perda visual (cegos ou com baixa visão); dessa forma, “[...] se faz necessário um ambiente escolar organizado, incluindo professores com formação adequada para exercer seu fazer pedagógico” (MATOS, 2012, p. 116).

Por certo, observamos que o processo de formação de profissionais em OM suscita preocupações, tanto pertinentes à carga horária como pertinentes ao conteúdo trabalhado nos cursos. Baseados nessa perspectiva, bem como com o propósito de trazer luz a esses dois tópicos, elaboramos o presente artigo a fim de apresentar um relato sobre as experiências adquiridas com a formação continuada em OM e conseqüentemente sugerir uma nova proposta de formação de profissionais nesse âmbito.

Com o intuito de atingir o objetivo deste estudo, adotamos como referência dois cursos de formação em OM, dos quais participamos da elaboração do projeto e também como docentes, são eles: “Curso de formação de professor em Orientação e Mobilidade”, promovido pelo Instituto de Cegos Antônio Pessoa de Queiroz, e “Orientação e Mobilidade: autonomia e inclusão da pessoa com deficiência visual”, promovido pela Associação de Cegos do Estado do Ceará.

Em razão das ponderações anteriores, frutos de estudos e da realidade observada na condição de docentes, compreendemos que a atuação do professor de OM representa um importante caminho para possibilitar o desenvolvimento da pessoa com deficiência visual na ação de locomover-se com o máximo de segurança e independência pelos mais variados lugares, favorecendo seu processo de inclusão socioeducacional. Assim, é fundamental refletirmos sobre a OM, contudo faz-se mister inicialmente compreendermos a deficiência visual e suas implicações como forma de justificar a aplicação dessa prática e finalmente reafirmarmos a relevância da formação nessa área, conforme veremos a seguir.

Referencial teórico

A deficiência visual, na perspectiva legal, está definida no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, limitação sensorial que vai desde a baixa visão (comprometimentos

diversos com resíduo de visão) até a cegueira (nenhuma visão ou só percepção de luz). Ainda tratando sobre deficiência visual legal, o Superior Tribunal de Justiça, através da Súmula nº 377, de 22 de abril de 2009, considerou também a pessoa com visão monocular, visão em apenas um dos olhos, como pessoa com deficiência visual. Vale ressaltar que só é possível caracterizá-la como tal após diagnóstico realizado pelo médico especialista.

A pessoa com deficiência visual tem necessidades e dificuldades específicas. Segundo Gil (2000), Machado (2003), Pereira (2016) e Soares et al. (2012), a falta da visão causa prejuízos do tipo social, psicológico, educacional, motor, afetando também outras áreas do desenvolvimento. No tocante à ação motora, essa limitação sensorial causa diminuição na movimentação espontânea (BRUNO, 1992; MAGALHÃES, 2010).

Corroborando o ideário defendido pelos autores citados no parágrafo anterior, entendemos que, através do estímulo visual, a criança se desenvolve espontaneamente. Com a perda da visão, observa-se que esse processo pode apresentar defasagens, o que identificamos claramente – antes de iniciarmos as práticas da OM – nas experiências vividas há anos junto aos alunos do Instituto de Cegos Antônio Pessoa de Queiroz e da Associação de Cegos do Estado do Ceará.

A perda visual, seja ela total ou parcial, pode acarretar dificuldades específicas relacionadas à orientação espacial e mobilidade, por ser o sistema visual um importante sentido de distância, responsável pela captação de informações do ambiente. Vygotsky (1997) nos ensina que a visão é um órgão que intermedeia as relações entre o homem e o mundo e que a sua perda, se não for substituída por vias alternativas, é capaz de gerar dificuldades de interações no relacionamento interpessoal e com o meio.

Compreendemos a OM como uma dessas vias alternativas, por possibilitar subsídios para que a pessoa com deficiência visual movimente-se com segurança, favorecendo as relações entre os indivíduos e com o ambiente. Com efeito, concebemos por orientação a maneira como a pessoa com deficiência visual percebe o ambiente que a cerca e, utilizando-se dos sentidos remanescentes, situa-se no meio físico com a finalidade de definir a meta desejada quanto ao caminho a ser percorrido (FARIAS, 2016). Para que a pessoa com deficiência visual se oriente no ambiente, suas capacidades perceptivas (tato, audição, cinestesia e olfato) devem estar bem desenvolvidas. De outra forma, esse indivíduo não conseguirá captar bem as informações essenciais de que necessita sobre o ambiente e, por conseguinte, não conseguirá se localizar espacialmente, tampouco se utilizar de pontos de referência, podendo frequentemente esbarrar em móveis e obstáculos encontrados pelo caminho.

Uma vez consciente da sua localização, devidamente orientado e ciente do local que deseja alcançar, juntamente com a rota a ser percorrida, surge a ação da mobilidade, que é entendida como sendo a capacidade de a pessoa com deficiência visual deslocar-se em qualquer ambiente com segurança, interagindo com os objetos e obstáculos durante o trajeto, lançando mão ou não de instrumentos específicos (DA SILVA, 2011; GIACOMINI, 2008; MAGALHÃES, 2010; SANKAKO, 2009; SILVEIRA, 2010).

Sendo assim, a OM compreende as técnicas utilizadas para que a pessoa com perda visual possa localizar-se no espaço, definir o percurso do seu deslocamento e adotar as estratégias que deseja empregar para atingir o seu objetivo. É a possibilidade de conhecer, apropriar-se e compreender o meio, estabelecendo comunicações e interações consigo, com o outro e com o ambiente, de forma mais autônoma possível.

É importante assinalar que a atividade de OM deve ser desenvolvida por um profissional especializado ou com formação adequada para tal. Pensando assim, a formação desse profissional tem sido motivo de grande preocupação ao longo dos anos. Em seu percurso histórico, encontramos registros na década de 1950. Segundo Felipe J. e Felipe V. (1997), em fevereiro de 1957 chegou ao Brasil Mr. Joseph Albert Asenjo, consultor da Organização das Nações Unidas e Repartição Internacional do Trabalho, com o intuito de ministrar aulas para uso da bengala longa. Dois anos depois, em 1959, foi criado o primeiro curso para treinamento de instrutores de OM pelo Instituto de Reabilitação da Escola de Medicina da Universidade de São Paulo, com carga horária de 1.360 horas.

Nessa mesma época, nos Estados Unidos da América, houve uma preocupação referente ao tempo de formação e à parte prática. Em Nova Iorque, a *American Foundation for Overseas Blind* patrocinou uma conferência sobre OM. Como resultado desse evento, estabeleceram-se o período mínimo de um ano para a formação do especialista na área e também a vivência simulada, ou seja, o treinamento (FELIPPE, J.; FELIPPE, V., 1997). Esse treino por parte do professor é indispensável, considerando que através da prática esse profissional consegue identificar situações semelhantes às vividas pela pessoa com deficiência.

No Brasil, “[...] em 1976 foi ministrado um curso para formação de técnicos de locomoção com carga horária de 592 horas, das quais 210 horas foram destinadas exclusivamente para a parte prática supervisionada” (MENDONÇA, 2017, p. 4). Já no final da década de 1970 e durante a década de 1980, os cursos de formação de profissionais em OM foram sendo aperfeiçoados, contudo o enfoque era voltado à área de reabilitação (olhar médico-clínico). Não havia nenhuma perspectiva educacional para os programas de OM.

Seguindo a cronologia, as mudanças na década de 1990 foram no sentido de atender aos preceitos da inclusão por orientações legais, logo o foco esteve voltado à educação. Com essa mudança, o Governo Federal, mediante a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, conhecendo a respeito da importância da locomoção para o aluno com deficiência visual e sabendo do seu papel no processo de inclusão, montou o projeto “Ir e Vir”. Na ocasião, atendeu a todas as regiões do país na formação de docentes com o conteúdo sobre OM, ação desenvolvida em parceria com a Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais e com a União Brasileira de Cegos, essa última é conhecida hoje como Organização Nacional de Cegos do Brasil (IFCE, 2017).

Outros cursos foram ofertados após a década de 1990, mas os objetivos para a formação de docentes em OM tiveram variados entendimentos. Consoante Giacomini (2008), a partir de 1999 começaram os cursos de pequena duração sem aprofundamento técnico e pedagógico. Destacamos que havia 21 anos já se chamava a atenção quanto aos profissionais que atuavam no atendimento à pessoa com deficiência visual, pois estes consideravam que a OM resumia-se ao simples treinamento ou “adestramento” do uso da bengala ou a um programa fundamentado no tecnicismo (FELIPPE, J.; FELIPPE, V., 1997).

Importa afirmar que um curso de 40 horas, em virtude da exiguidade do tempo, apenas apresenta noções sobre o conteúdo, não habilitando o participante a atuar como um professor de OM. Logo, corroboramos o pensamento de Felipe J. e Felipe V. (1997), quando afirmam que há insuficiência tanto no nível de informação como no nível de formação do professor especializado em OM, no sentido de planejar e executar um programa de OM de forma sequencial e sistemática.

Atualmente ainda é possível identificarmos instituições que ofertam cursos de OM com 40 horas e conteúdo programático bastante extenso, o que indica pouco aprofundamento teórico e prático. As referidas afirmações, oriundas desse caminhar, no que se refere à formação do profissional de OM, encaminham-nos a refletir sobre uma nova formação nessa área, como veremos no item seguinte.

Metodologia – Caminhos percorridos

O presente estudo surgiu da necessidade que identificamos em socializar nossas vivências na realização e participação, na condição de docentes, dos cursos de formação em OM. Com isso, buscamos refletir acerca da formação continuada efetivada e, em seguida, propor o desenho de uma nova formação. Trata-se de relato de experiências vivenciadas em cursos de

formação em OM, dos quais elegemos dois, oriundos de realidades distintas, porém advindos de necessidades análogas, conforme referimos anteriormente neste escrito, a saber: o “Curso de formação de professor em Orientação e Mobilidade”, realizado em Recife, Pernambuco, no ano de 2016, e a formação intitulada “Orientação e Mobilidade: autonomia e inclusão da pessoa com deficiência visual”, sucedida entre 2013 e 2014, em Fortaleza, Ceará. Vale ressaltar que os cursos suscitados foram escolhidos em virtude da relevância apresentada em cada contexto observado, conforme será descrito, e que os resultados foram obtidos a partir deles.

Após eleitos os cursos que referenciaram este estudo, no sentido de subsidiar a elaboração de uma proposta de formação continuada na área da OM, realizamos uma análise detalhada do conteúdo ministrado nos mencionados cursos, tendo como suporte a revisão de literaturas relacionadas à temática aqui em tela: Orientação e Mobilidade. Eles estão imbuídos na prática pedagógica diária, no saber-fazer e nas experiências de trabalho. De tal maneira, a seguir apresentaremos a estrutura dos citados cursos de formação.

Curso de formação de professor em Orientação e Mobilidade

Ofertado pela Instituto dos Cegos Antônio Pessoa de Queiroz, em parceria com a Universidade Católica de Pernambuco, o “Curso de formação de professor em Orientação e Mobilidade” teve seu início em julho de 2016 com 17 participantes, dos quais 10 eram docentes da rede estadual e municipal de educação. Dentre os discentes do curso, quatro eram pessoas com deficiência visual, o que levou o ministrante a repensar alguns conceitos, técnicas e estratégias utilizadas na OM.

O curso ofertado teve duração de 120 horas, sendo mais da metade dessa carga horária, 64 horas, aplicadas com a prática. Essas aulas práticas, realizadas em ambientes internos e externos, foram rigorosamente planejadas e apresentadas aos participantes antecipadamente. É importante relatar que foi um grande desafio preparar profissionais com deficiência visual que passariam a ensinar e a treinar outras pessoas com a mesma limitação sensorial. Contudo, mais do que isso, tornou-se um estímulo para todos, especialmente em virtude de a perda visual não ter sido um impedimento para a execução das atividades desenvolvidas.

No tocante ao conteúdo programático do curso, este atendeu à proposta do treinamento, com a carga horária adequada às vivências práticas. Além disso, a ideia foi considerar o cotidiano das pessoas com deficiência visual, tendo como base as bibliografias específicas sobre OM de Felipe J. e Felipe V. (1997) e de Mota (2003), abrangendo algumas alterações com a

inserção de itens que retratavam a evolução da sociedade no que diz respeito a novas tecnologias e normativas legais.

As disciplinas que trouxeram inovações para o curso em questão e que consideramos relevante destacar foram: (a) importância da anamnese e avaliação psicomotora para a formação do programa de OM; (b) uso das tecnologias assistivas na prática de OM; (c) construção de mapas táteis para o desenvolvimento do trabalho de OM; e (d) audiodescrição aplicada na OM. Todas tiveram conteúdo teórico e prático, o que tornou o curso de formação continuada mais eficaz em relação a cursos teóricos ou com carga horária reduzida.

O conteúdo desenvolvido e a carga horária ministrada habilitaram o cursista a atuar em OM no sistema de saúde, na perspectiva da reabilitação de pessoas com deficiência visual, conforme preconiza a Portaria nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008, do Ministério da Saúde. No que tange à educação, propiciou uma formação ao professor para trabalhar com alunos com deficiência visual.

Orientação e Mobilidade: autonomia e inclusão da pessoa com deficiência visual

O curso de formação “Orientação e Mobilidade: autonomia e inclusão da pessoa com deficiência visual” foi realizado na cidade de Fortaleza entre os anos de 2013 e 2014 pela Associação de Cegos do Estado do Ceará, por intermédio do programa “Criando Oportunidades” (projeto de qualificação social e profissional promovido pela Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo do Ceará). Teve como público-alvo profissionais que trabalhavam ou que demonstravam interesse em lidar com pessoas com deficiência visual; profissionais das áreas da educação e da educação física; familiares de pessoas com deficiência visual; assistentes sociais; terapeutas ocupacionais; técnicos e profissionais interessados no tema.

Os conteúdos da formação foram divididos em eixos temáticos², os quais tiveram como abertura uma roda de conversa intitulada “Os caminhos da acessibilidade por meio da Orientação e Mobilidade”. Em seguida, transcorreram as disciplinas, de ordem teórica e prática, para finalmente ser elaborado um trabalho de conclusão do curso, perfazendo o total da carga horária de 200 horas/aula. Dessas disciplinas, foram realizadas 128 horas/aula práticas e 72 horas/aula teóricas.

² Os eixos temáticos desenvolvidos foram: Educação e cidadania; Deficiência visual – Abordagens históricas e marcos legais; Orientação e Mobilidade: abordagens histórica, conceitual e educacional; Abordagens conceituais, educacionais e médico-oftalmológicas da deficiência visual; Tiflotecnologia; Práticas educativas para a vida independente: em busca da autonomia; Práticas de Orientação e Mobilidade; e Práticas de Orientação e Mobilidade adaptadas ao surdocego e à pessoa com múltipla deficiência sensorial.

O programa desenvolvido viabilizou aos cursistas uma reflexão ampla concernente às questões relacionadas à inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência visual. Além disso, houve uma preocupação também em contemplar aspectos relativos à visão e ao desenvolvimento da pessoa com a perda desse sentido. Compreendemos que essas questões serviram de embasamento para os pontos mais específicos da OM, o que proporcionou aos cursistas melhor compreensão sobre os conteúdos dessa modalidade. Vale referir que o trabalho final favoreceu aos participantes uma autoavaliação da aprendizagem, considerando que o mesmo tinha como objetivo acompanhar um aluno com deficiência visual e elaborar um plano de atendimento.

Dessa forma, após a revisão do aporte teórico e da análise cuidadosa dos cursos aqui apresentados, com relatos de experiências exitosas, passamos a apresentar os resultados, bem como uma proposta de formação continuada em OM, conforme veremos posteriormente.

Resultados e considerações finais

Diante da realidade observada nas instituições em que foram implementados os cursos, identificamos resultados satisfatórios após a realização das referidas formações em ambos os casos, dentre os quais: a qualificação de profissionais para atuarem na área da OM e, mais do que isso, a sua contratação pelas próprias instituições promotoras da formação, como também pelo Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará. Outro destaque foi quanto à presença de alunos egressos do “Curso de formação de professor em Orientação e Mobilidade” como voluntários e colaboradores do Instituto dos Cegos Antônio Pessoa de Queiroz, ainda com atuação da prestação do referido serviço.

Vale salientar que instituições que atuam na educação de pessoas com deficiência visual foram beneficiadas por terem ampliado a capacidade de atendimento em OM, além de terem melhorado a qualidade dos serviços, considerando o bom aproveitamento dos cursistas por meio da apreensão e troca de saberes referentes à docência em OM.

Esses dados mostram a relevância da realização dos cursos elencados. Contudo, em virtude da escassa oferta de formação continuada, além da necessidade de profissionais qualificados nessa área, reiteramos a demanda de novas formações em OM.

Dessa forma, tendo como premissas as formações aqui relatadas, sugerimos: uma formação com carga horária total em torno de 200 horas, com uma base teórica que fundamente o contexto atual, levando-se em conta a história e ações políticas voltadas para a inclusão socioeducacional do discente com deficiência visual; em seguida, um aprofundamento das

questões da deficiência visual em seus aspectos psicoevolutivos, incluindo as patologias mais comuns associadas à visão e à avaliação funcional da visão, além da audiodescrição; e finalmente, com carga horária superior da base teórica, sugerimos disciplinas que contemplem conteúdos referentes a estratégias e técnicas específicas da OM, abrangendo as vivências psicomotoras, utilização de guias humanos, animais e tecnológicos, autoproteções, pré-bengalas e bengalas longas. Além disso, propomos a elaboração de um programa de OM com base em estudos de caso. É importante ressaltar que as referidas técnicas devem ser vivenciadas, na prática, em ambientes internos e externos e devem contemplar uma carga horária com cerca de 120 horas.

Com base nessas sugestões, esperamos colaborar com a formação continuada na área da OM, favorecendo o trabalho realizado pelos profissionais que atuam junto a alunos com perda visual, sendo um suporte auxiliar significativo no processo de inclusão socioeducacional desse estudante. Contudo, ainda há muito a ser investigado na OM; sendo assim, acreditamos que este trabalho servirá também de parâmetro para novos estudos, estimulando a comunidade acadêmica à realização de novas pesquisas nessa seara.

Referências

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e da outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

BRASIL. Portaria nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008. Define que as Redes Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência Visual sejam compostas por ações na atenção básica e Serviços de Reabilitação Visual. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 dez. 2008.

BRASIL. Súmula nº 377, de 22 de abril de 2009. O portador de visão monocular tem direito a concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes. **Diário da Justiça Eletrônico**, Brasília, DF, 5 maio 2009.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **O desenvolvimento integral do portador de deficiência visual**: da intervenção precoce à integração escolar. São Paulo: Laramara, 1992.

BUENO, Salvador Toro; COBO, Ana Delgado; RODRÍGUEZ, Manuel Gutiérrez. Desenvolvimento cognitivo e deficiência visual. In: MARTÍN, Manuel Bueno; BUENO, Salvador Toro (Org.). **Deficiência visual**: aspectos psicoevolutivos e educativos. São Paulo: Livraria dos Santos, 2003. p. 98-113.

DA SILVA, Renato Fonseca Livramento. Percepção ambiental, orientação espacial e os deficientes visuais. **Idea**, Uberlândia, v. 2, n. 1, p. 36-47, 2011.

FARIAS, Gérson Carneiro de. **Avaliação do autoconceito e da locomoção em crianças e adolescentes cegos por meio do jogo de orientação: “caça ao tesouro”**. 2016. 144 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luisa de Marillac Xavier dos Passos; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientação pedagógica**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FELIPPE, João Álvaro de Moraes; FELIPPE, Vera Lucia Leme Rhein. **Orientação e Mobilidade**. São Paulo: Laramara: Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual, 1997.

GIACOMINI, Lilia. **Análise de um programa: “passo a passo” Orientação e Mobilidade para pessoas surdocegas**. 2008. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GIL, Marta. **Deficiência visual**. Brasília, DF: MEC, 2000.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE. **Orientação e Mobilidade: abordagem histórica conceitual**. Curso de Pós-Graduação em Orientação e Mobilidade. Fortaleza: IFCE, 2017.

MACHADO, Edileine. Desenvolvimento da criança e políticas públicas de inclusão. In: MOTA, Maria Glória Batista (Coord.). **Orientação e Mobilidade: conhecimentos básicos para a inclusão da pessoa com deficiência visual**. Brasília, DF: MEC, 2003. p. 24-34.

MAGALHÃES, Alessandra Tanuri. **Orientação e Mobilidade: estudo sobre equilíbrio e estratégias de locomoção utilizadas pelo professor**. 2010. 132 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

MATOS, Izabeli Sales. **Formação continuada dos professores do AEE: saberes e práticas pedagógicas para a inclusão e permanência de alunos com surdocegueira na escola**. 2012. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

MENDONÇA, Artur José Braga de. Formação em Orientação e Mobilidade para o atendimento do aluno com deficiência visual. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO, 15., 2017, Recife. **Anais...** Recife, 2017. p. 1-9.

MOTA, Maria Glória Batista (Coord.). **Orientação e Mobilidade: conhecimentos básicos para a inclusão da pessoa com deficiência visual**. Brasília, DF: MEC, 2003.

PEREIRA, Deonisia Maria José da Silva. **Deficiência visual: elementos psicoevolutivos**. Curso de Pós-Graduação em Orientação e Mobilidade. Fortaleza: IFCE, 2016.

SANKAKO, Andréia Naomi. **Sugestões para professores de Orientação e Mobilidade a partir de um estudo da marcha de alunos com deficiência visual**. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

SILVEIRA, Cíntia Murussi. **Professores de alunos com deficiência visual: saberes, competências e capacitação**. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SOARES, Felipe Alves et al. A contribuição da estimulação psicomotora para o processo de independência do deficiente visual. **Motricidade**, Ribeira de Pena, v. 8, n. 4, p. 16-25, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas V: fundamentos da defectología**. Madrid: Visor, 1997.

ZENGO, Loiane Maria; SEABRA JUNIOR, Manoel Osmar; MOREIRA, Jaqueline Costa Castilho. Técnica com guia vidente: suporte avaliativo de desempenho. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, Marília, v. 15, n. 2, p. 25-30, 2014.